

Demonstrações Financeiras

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Conselheiros da
Associação Centro de Estudos de Liderança Pública
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Centro de Estudos de Liderança Pública (“Associação” ou “CLP”) em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Centro de Estudos de Liderança Pública em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2.002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e restrição sobre distribuição

Essa demonstração financeira foi elaborada para auxiliar a administração na análise dos controles internos e dos índices financeiros da Associação. Consequentemente, essa demonstração financeira pode não ser adequada para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos membros da administração e do conselho da Associação, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Alexandre Aléo
Contador CRC-1SP171687/O-0

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.160	6.187
Aplicações financeiras	5	970	1.283
Créditos a receber	6	196	1.774
Outros créditos		32	93
Total do ativo circulante		7.358	9.337
Não circulante			
Imobilizado	7	150	152
Total do ativo não circulante		150	152
Total do ativo		7.508	9.489

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	343	1.106
Salários e encargos sociais	9	141	138
Obrigações tributárias		90	128
Adiantamento de clientes		1	110
Total do passivo circulante		575	1.482
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	6.933	8.007
Total do patrimônio líquido		6.933	8.007
Total do passivo e patrimônio líquido		7.508	9.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receitas líquidas operacionais	13	15.272	(não auditado) 13.511
Custos operacionais	14.1	(13.708)	(11.522)
Superávit bruto		1.564	1.989
Despesas administrativas	14.2	(2.975)	(2.894)
Déficit operacional		(1.411)	(905)
Receitas financeiras líquidas	15	337	821
Déficit do exercício		(1.074)	(84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(não auditado)
Déficit do exercício	(1.074)	(84)
Outros resultados abrangentes	-	-
Déficit abrangente do exercício	<u>(1.074)</u>	<u>(84)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração das mutações patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	1.562	6.529	8.091
Déficit do exercício (não auditado)	-	(84)	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.562	6.445	8.007
Déficit do exercício	-	(1.074)	(1.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.562	5.371	6.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(não auditado)
Déficit do exercício	(1.074)	(84)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	32	27
	(1.042)	(57)
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Créditos a receber	1.578	(1.478)
Outros créditos	61	77
Impostos a recuperar longo prazo	-	-
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(763)	640
Salários e encargos sociais	3	36
Obrigações fiscais a recolher	(38)	69
Provisão para demandas judiciais	-	(150)
Outras obrigações	(111)	111
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(310)	(752)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicações financeiras	313	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(30)	(101)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	283	(101)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(27)	(853)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.187	7.040
No fim do exercício	6.160	6.187
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(27)	(853)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Associação Centro de Estudos de Liderança Pública (“CLP”) foi constituída em 08 de abril de 2008, como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. Sua missão é melhorar o Estado por meio do desenvolvimento de lideranças, engajamento cívico e fortalecimento das instituições democráticas.

Os recursos da organização são obtidos por meio de receitas decorrentes da realização de cursos, palestras, workshops, de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O CLP também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

Desde 2008, o CLP contou com o apoio de mais 50 empresas e indivíduos em seus projetos e impactou diretamente mais de 6000 líderes públicos de mais de 140 cidades do Brasil, 22 Estados e de diferentes partidos políticos. Para alcançar seus fins e objetivos, o CLP desdobra suas atividades em duas frentes estratégicas: Desenvolvimento de Lideranças e Mobilização.

Em Desenvolvimento de Lideranças a organização promove a formação e desenvolvimento de líderes por meio de atividades educacionais que incluem cursos presenciais e a distância, de longa, curta e média duração. Além disso, o CLP lidera e aplica sua metodologia própria em projetos de transformação em governos municipais e estaduais que incluem gestão da mudança, formação de equipes e institucionalização de políticas públicas.

Em Mobilização, o CLP adota causas que acredita serem alavancas importantes na transformação necessária para que se construa um Estado Melhor, e atua na promoção dessas causas de forma direta ou indireta aplicando seus conteúdos e metodologias no engajamento da sociedade e dos políticos em busca de uma mudança real.

A principal instalação da Entidade é o imóvel situado na Rua Pamplona, 1005, 1º andar, São Paulo - SP, inaugurado em fevereiro de 2014, que pertence a terceiros.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, ITG 2002 (R1), aprovada em 21 de agosto de 2015 bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros

A Associação adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

b) Aprovação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração em 7 de junho de 2018.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

e) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação não registrou receitas que não estivessem dentro do seu objeto social.

b) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Associação tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, incluindo operações de hedge.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos que a Associação possui são: fornecedores e outras obrigações.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações comerciais	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f) Passivo circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal da atividade da Associação, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Fornecedores --Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Benefícios a empregados

A Associação não possui programa de participação dos empregados nos resultados.

j) Patrimônio social

O patrimônio é constituído de recursos aportados pelos associados, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi apurado um déficit patrimonial no montante de R\$ 1.074 (déficit em 2016 de R\$ 84).

k) Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável.

i) *Doações*

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Receitas-- Continuação

ii) *Serviços*

Os serviços concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final, sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

iii) *Patrocínio*

Os patrocínios recebidos são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência das campanhas aos quais estão vinculados.

iv) *Receitas com trabalhos voluntários (Gratuidades)*

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

v) *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, perdas em aplicações financeiras e variações monetárias passivas.

vi) *Contribuições associativas*

A Associação recebe contribuições para o custeio das despesas e financiamento dos projetos definidos para o exercício, o valor é calculado, definido e aprovado pelos associados em Assembleia Geral Ordinária.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 13.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

m) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos apresentados na Nota Explicativa nº 13. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco conta movimento	-	673
Aplicação financeira	6.160	5.514
	6.160	6.187

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicação financeira	970	1.283
	970	1.283

Em 31 de dezembro de 2017, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDIs"), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6. Créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Doações a receber	-	1.630
Serviços prestados	196	144
	196	1.774

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	-	1.632
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 90 dias	196	138
De 91 a 120 dias	-	4
Acima de 120 dias	-	-
	196	1.774

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Taxas média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2015 (não auditado)	Adições (não auditado)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Custo							
Máquinas e equipamentos		55	18	73	-	-	73
Móveis e utensílios		44	34	78	5	(12)	71
Computadores e periféricos		42	49	91	31	(9)	113
Total		141	101	242	36	(21)	257
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	10%	(30)	(6)	(36)	(7)	-	(43)
Móveis e utensílios	10%	(15)	(6)	(21)	(7)	9	(19)
Computadores e periféricos	20%	(18)	(15)	(33)	(18)	6	(45)
Total		(63)	(27)	(90)	(32)	15	(107)
Total imobilizado		78	74	152	4	(6)	150

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A	114	845
Adag Comunicação Ltda.	-	62
M.a.i.s. Software de Resultados Ltda	63	-
Mateus Von Rondon Martins	29	-
Guilherme Rodrigues Sociedades Advogados	16	-
Outros	121	199
	<u>343</u>	<u>1.106</u>

9. Salários e encargos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS a pagar	30	34
FGTS a pagar	-	-
PIS s/ folha de pagamento	2	1
Provisão para férias e encargos	109	103
	<u>141</u>	<u>138</u>

10. Partes relacionadas

A Associação não possui transações com partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo da Associação não são remunerados, conforme disposto no Estatuto Social e também como determina a Lei nº 12.101/09.

11. Patrimônio social

A Associação Centro de Estudos de Liderança Pública ("CLP") foi constituída em 8 de abril de 2008. O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatório dos valores de superávit e déficit acumulados. Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Em caso de extinção da Associação, que se dará somente por unanimidade dos Membros do Conselho Administrativo, seu patrimônio será destinado à outra entidade de caráter semelhante, sediada em território brasileiro e que atenda aos requisitos das Leis nºs 9.790, de 23.03.1999, e 13.019, de 31.07.2014.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros

12.1. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

12.2. Riscos de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.160	6.187
Aplicações Financeiras	5	970	1.283
Créditos a receber	6	196	1.774
Outros créditos		32	93
		<u>7.358</u>	<u>9.337</u>

12.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

12.3. Risco de liquidez--Continuação

	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses ou menos</u>
31 de dezembro de 2017		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	280	280
Outras obrigações	63	63
	<u>343</u>	<u>343</u>
31 de dezembro de 2016		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	907	907
Outras obrigações	199	199
	<u>1.106</u>	<u>1.106</u>

12.4. Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Associação era:

<u>Instrumentos de taxa variável</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras recursos próprios	6.614	6.929
	<u>6.614</u>	<u>6.929</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Associação não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

12.4. Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro de 2017	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.160	-	-	6.160	6.160
Aplicações financeiras	5	970	-	-	970	970
Créditos a receber	6	-	196	-	196	196
Outros créditos		-	32	-	32	32
Fornecedores	8	-	-	(280)	(280)	(280)
Outras obrigações		-	-	(63)	(63)	(63)
		7.130	228	(343)	7.015	7.015

31 de dezembro de 2016	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.187	-	-	6.187	6.187
Aplicações financeiras	5	1.283	-	-	1.283	1.283
Créditos a receber	6	-	1.774	-	1.774	1.774
Outros créditos		-	93	-	93	93
Fornecedores	8	-	-	(907)	(907)	(907)
Outras obrigações		-	-	(199)	(199)	(199)
		7.470	1.867	(1.106)	8.231	8.231

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

12.4. Risco de mercado--Continuação

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

Hierarquia de valor justo

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

13. Receita líquida

Abaixo apresentamos a conciliação da receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Receita líquida--Continuação

	2017	2016
		(não auditado)
Doações	12.048	11.122
Prestação de serviços	3.045	1.683
Patrocínio	894	1.066
Gratuidades (a)	5	171
Contribuições associativas	-	14
Total receita bruta	15.922	14.056
(-) ISS	(146)	(85)
(-) COFINS	(93)	(64)
(-) ITCMD	(472)	(365)
(-) Cancelamentos	(9)	(31)
Total deduções e abatimentos	(720)	(545)
Receita líquida	15.272	13.511

(a) Receita com trabalho voluntário:

Os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação registrou o montante de MR\$5,33 de receitas com voluntários.

Hanna Nogueira	1
Paulo Toledo	1,50
Raphaela Castro	1,50
Luisa Moreira	1,33
Total	5,33

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14.Custos e despesas

14.1. Custos com projetos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(não auditado)
(-) Pessoal	(615)	(673)
(-) Encargos sociais	(134)	(129)
(-) Viagens e representações	(695)	(609)
(-) Serviços profissionais pessoa jurídica	(9.168)	(8.824)
(-) Locação diversas	(50)	(99)
(-) Custos com veículos	(7)	(10)
(-) Custos gerais	(2.939)	(638)
(-) Custos financeiros	(35)	(61)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(46)	(455)
(-) Serviços profissionais pessoa física	(19)	(23)
(-) Variações cambiais passivas	-	(1)
Total de custos	(13.708)	(11.522)

14.2. Despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(não auditado)
(-) Pessoal	(1.139)	(917)
(-) Encargos sociais	(313)	(232)
(-) Viagens e representações	(65)	(21)
(-) Serviços profissionais pessoa jurídica	(654)	(1.039)
(-) Despesas com locação	(212)	(141)
(-) Depreciações e amortizações	(33)	(32)
(-) Despesas com veículos	(11)	(3)
(-) Despesas gerais e administrativas	(524)	(434)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(9)	(69)
(-) Serviços profissionais pessoa física	(15)	(6)
Total de despesas	(2.975)	(2.894)

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15.Resultado financeiro líquido

15.1. Receitas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(não auditado)
Rendimentos de aplicação financeira	546	1.015
Outras receitas financeiras	-	30
Total de receitas financeiras com projetos	<u>546</u>	<u>1.045</u>

15.2. Despesas financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(não auditado)
Despesas bancárias	(209)	(224)
Total de despesas financeiras administrativas	<u>(209)</u>	<u>(224)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>337</u></u>	<u><u>821</u></u>

16. Renúncia fiscal

A Associação Centro de Estudos de Liderança Pública ("CLP") é uma Entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Programas de Integração Social (PIS);
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Associação, não há isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD), exceto sobre doação menor ou igual a 1.000 UFESPs.

Associação Centro de Estudos de Liderança Pública

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

18. Cobertura de seguro

Os seguros contratados pela Associação são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos.

19. Eventos subsequentes

Os conselheiros declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Associação ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

* * *